

- PÁG 2** Entre erros e acertos, CNPE 07 é aplicada
- PÁG 4** Sexta Livre: Carla Primavera discute financiamento no mercado livre
- PÁG 6** Abraceel conclui discussão sobre abertura do mercado com instituições do setor de energia
- PÁG 7** Abraceel discute propostas da CCEE para segurança de mercado
- PÁG 10** Estudo Abraceel avalia legados e propõe cronograma ideal de abertura
- PÁG 12** Agerba publicará novo termo de compromisso do comercializador de gás no próximo mês
- PÁG 15** Modernização do setor elétrico é prioridade para a Indústria
- PÁG 16** Radar Legislativo
- PÁG 17** Curtas
- PÁG 20** Próxima semana
- PÁG 21** Calendário Abraceel



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

Entre erros e acertos, CNPE 07 é aplicada

Matéria em 1 minuto

- CCEE participa de reunião do PMO de abril para apresentar restrições enquadradas na previsibilidade para o cálculo do PLD;
- Expectativas de flexibilização da vazão mínima defluente das UHEs Jupiá, Porto Primavera e Xingó seriam consideradas a partir do PMO de maio, dia 01.05, ou adoção conjunta ao ONS após essa data;
- CCEE optou por fortalecer a previsibilidade, de forma que os novos dados sejam considerados no cálculo do PLD "a partir do PMO que respeitar ao menos 1 mês da sua indicação firme".



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 25.03, a CCEE participou da reunião do PMO de abril para apresentar restrições enquadradas na previsibilidade para o cálculo do PLD, com o objetivo de dar mais transparência sobre as aplicações da Resolução CNPE 07/2016.

A CCEE indicou, sobre a defluência das UHEs Jupiá e Porto Primavera, que de acordo com ofício ANA de 23.02, o ONS pretendia para Porto Primavera redução de 4.600 para 4.300 m³/s e para Jupiá, de 4.000 para 3.700 m³/s. Tal alteração, quando aprovada, será considerada no cálculo do PLD a partir do dia 27.03 (PMO de abril) e teria duração esperada até 31.05.

Porém, foi apontada expectativa de flexibilização adicional, para a melhora nas condições de armazenamento nos reservatórios a montante na bacia do rio Paraná. De acordo com cartas do ONS, foi solicitada redução nas vazões defluentes mínimas até o final de 2021, no caso de Porto Primavera dos 4.300 atuais para 3.300 m³/s, e de Jupiá dos 3.700 atuais para 2.500 m³/s. Tal pedido foi autorizado pelo CMSE, porém ainda pendente de confirmação da ANA e agentes.

Na mesma linha, foi apontada expectativa de flexibilização da vazão mínima defluente da UHE Xingó, em abril e maio, para aumentar o armazenamento da bacia do Rio São Francisco, aproveitando o excedente hidráulico do Norte.

Dessa forma, a CCEE indicou que tais expectativas de flexibilização seriam considerados a partir do PMO de maio, dia 01.05, ou adoção conjunta ao ONS após essa data. Os agen-

tes levantaram várias dúvidas sobre o caso durante o PMO, e o ONS após repassar brevemente os fatos, informou que iriam remeter todos os questionamentos para a Aneel, que não estava presente na reunião.

Assim, a Vice-presidência de Energia fez contato com a CCEE, manifestando as dúvidas sobre o que foi apresentado. A CCEE concordou que a informação precisaria ser melhorada, e indicou que iriam se manifestar novamente até o encerramento do PMO, reforçando seu compromisso com transparência e a CNPE 07.

Dessa forma, no final do evento, a CCEE retornou e retificou as informações sobre os casos da UHE Xingó, Jupiá e Porto Primavera. Como as flexibilizações ainda estão em discussão com os órgãos competentes e os agentes, inclusive em relação aos valores exatos, a CCEE optou por fortalecer a previsibilidade, de forma que os novos dados sejam considerados no cálculo do PLD "a partir do PMO que respeitar ao menos 1 mês da sua indicação firme".

Sobre outros temas do PMO, desde março foi implementado o valor limite para importação de energia da Argentina e do Uruguai sem substituição, que corresponde ao CVU da UTE Termomacaé. Além disso, no contexto de baixos armazenamentos de reservatórios do SIN, o CMSE deverá continuar a acompanhar as condições de suprimento.

Sexta Livre: Carla Primavera discute financiamento no mercado livre

Matéria em 1 minuto

- Carla reforçou que, do ponto de vista da financiabilidade, não é necessário o ACR para expansão do sistema;
- Na visão da superintendente, o leilão de capacidade vem agregar positivamente para o modelo de financiamento do banco;
- Derivativos de energia podem entrar no rol de financiabilidade do BNDES. Afirmou ser um caminho possível e uma boa maneira de endereçar riscos;
- Grande objetivo do BNDES é ampliar o cardápio e não ser reticente a novidades.



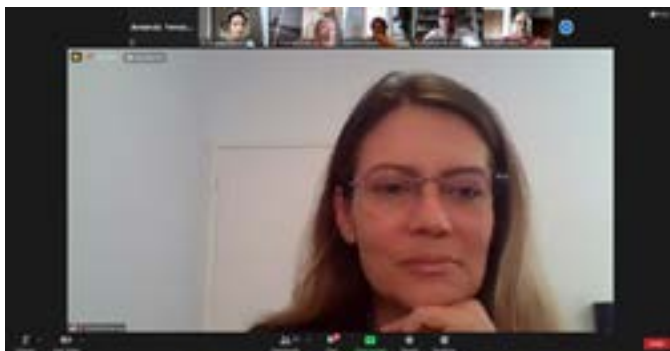
Tempo de leitura:
3 minutos

Em mais uma tradicional Sexta Livre, no dia 26.03, discutimos com a superintendente de energia do BNDES, Carla Primavera, o financiamento do mercado livre de energia. Participou também, Guilherme Arantes, da área regulatório setorial do banco. Dada a relevância do tema, abrimos o evento, pela primeira vez, para todas as instituições do setor. Participaram além de representantes das associações setoriais, o presidente do Fase, Mário Menel, o presidente da EPE, Thiago Barral e os conselheiros da CCEE, Marcelo Loureiro e Roseane Santos. O evento contou com um total de mais de 150 participantes.

Iniciando sua fala, Carla disse que o estudo que a Abraceel publicou, em fevereiro deste ano, sobre a expansão da oferta para o mercado livre, contribuiu muito para a compreensão da questão do crescimento da participação do ACL na expansão do parque gerador e da importância do mercado livre para o sistema elétrico. Disse que desde 2008 o banco já sabia que o ACL seria o futuro do setor, mas que não eram claras a proporção e rapidez em que isso iria ocorrer. Carla ressaltou que ano após ano, o BNDES amadurece em relação ao ACL e que em 2019 o banco tomou a iniciativa de oferecer financiabilidade a projetos, exclusivamente, para o mercado livre.

Disse também que o BNDES divulgou uma metodologia própria e a aprimorou, que é o preço suporte. Ressaltou que atualmente há 15 projetos de geração sendo financiados pelo banco, sendo majoritariamente projetos no mercado livre. Carla disse ainda que os colaboradores do banco estão sendo incentivados a criar projetos para o ACR.

Sobre os contratos firmados nesse ambiente, disse que hoje há muitos geradores que querem comercializar energia a longo prazo, por exemplo, 10 anos, o que gerou, inicialmente, surpresa no banco, dado que os contratos no ACL costumavam ter foco no pequeno e médio prazos.



Ao tratar das perspectivas futuras, o BNDES entende que deu um passo para além da questão do leilão de capacidade. Carla reforçou que se está em um ambiente em que não é necessária contrapartida, e o leilão de capacidade vem no intuito de agregar valor positivamente para o modelo de financiamento do banco.

Questionada se os derivativos de energia podem entrar no rol de financiabilidade do BNDES, argumentou que é um caminho possível e uma boa maneira de endereçar riscos. Disse que o banco está aberto para projetos e que poderia colocar a questão na modelagem para compreender de que forma se poderia tratar os derivativos. Entretanto ressaltou que hoje não há nenhum projeto no banco que envolva derivativos. Disse ainda que o banco está se dedicando a duas vertentes de financiabilidade e que há um desafio diferente para a questão da geração distribuída. Ressaltou que hoje já existe uma esteira de crédito que funciona de forma diferente da tradicional, mas acredita que ainda não se chegou a um modelo ideal, pois ainda há aperfeiçoamentos a serem realizados.

Questionada também sobre o que se pode esperar de novas inovações do BNDES, Carla foi objetiva e disse que o banco está debruçado em projetos de geração distribuída, eficiência energética, eólicas offshore e hidrogênio verde. Complementou afirmando que o banco tem trabalhado em projetos de segmentos futuros e que o grande objetivo é ampliar o cardápio e não ser reticente a novidades. Os riscos sempre irão existir, o que é necessário fazer é endereçá-los.

Sobre a burocratização ao acesso ao crédito do BNDES, Carla disse que o banco mudou sua lógica para desburocratizar a aceitação de novos projetos e que hoje as empresas não precisam estar de posse de PPAs para se habilitar no banco. Disse também que o banco passou muito tempo focado em ter uma avaliação de risco das comercializadoras, mas que desde que foi divulgado o PLD Suporte a discussão mudou de foco. Atualmente acreditam que é importante reconhecer os riscos na modelagem financeira e colocá-los no âmbito do projeto, ponderando com a questão do preço.

Finalizando sua fala, Carla disse que sobre o ponto de vista da financiabilidade não é necessário o ACR para expansão do sistema. Carla agradeceu o convite e complementou afirmando que o BNDES tem muito orgulho de ter sedimentado essa parceria com a Abraceel. Reginaldo Medeiros e Ricardo Lisboa agradeceram a disponibilidade da Carla Primavera e o debate de extrema relevância para todo o setor.

Os documentos apresentados na reunião estão disponíveis na área restrita, seção “Apresentações Exclusivas”.

Abraceel conclui discussão sobre abertura do mercado com instituições do setor de energia

Matéria em 1 minuto

- Abraceel conclui última reunião com MME, Aneel, CCEE, EPE e ONS para detalhar as alternativas regulatórias da abertura total do mercado de energia elétrica apontadas no estudo da Thymos;
- Alexandre Lopes apresentou o estudo que avalia os contratos legados do ACR em comparação ao mercado projetado das distribuidoras;
- MME e Aneel estão propensos a abrir consulta pública para discutir a abertura do mercado de energia.



Tempo de leitura:
1 minuto

No último sábado (20.03), a Abraceel concluiu a terceira reunião para detalhar o estudo da Thymos sobre as alternativas regulatórias para a abertura do mercado de energia elétrica. A iniciativa surgiu após apresentação preliminar do estudo para o Ministério de Minas e Energia, que sugeriu mais três reuniões para detalhar as alternativas com a participação das demais instituições setoriais afetas ao tema no âmbito do Ministério, Aneel, EPE, ONS e CCEE.

Alexandre Viana e Victor Ribeiro, da consultoria Thymos, conduziram a apresentação do estudo nas reuniões, debatendo as alternativas acerca dos contratos legados, medição, faturamento, supridor de última instância e varejista.

Com o público aproximado de 100 pessoas em todas as reuniões, com destaque para Marisete Pereira (Secretária Executiva do MME), Rodrigo Limp (Secretário de Energia Elétrica do MME e agora indicado para a presidência da Eletrobras), Agnes Costa (Chefe de Assuntos Regulatórios do MME), Marcelo Loureiro (Conselheiro da CCEE), Sivalva Gama (Diretor de Operação do ONS), o setor se debruçou sobre os principais temas que permeiam a discussão da abertura do mercado de energia.

Na última reunião, Alexandre Lopes, Vice-presidente de Estratégia e Comunicação, apresentou o estudo que avalia os contratos legados do ACR em comparação ao mercado projetado das distribuidoras, aberto por faixas de demanda/consumo. Esse estudo foi apresentado ao Grupo Técnico da Abraceel no dia 25.03 (confira na matéria **Estudo Abraceel avalia legados e propõe cronograma ideal de abertura**). Nesse sentido, Reginaldo Medeiros destacou a importância de o MME e Aneel abrirem consulta pública para discutir a abertura total do mercado elétrico. Todo o setor já está ciente que a abertura é inevitável, mas não há sinalização de quando será essa abertura e o estudo apresentado evidencia as janelas de oportunidade para a liberalização que não provocam efeitos indesejados ao segmento de distribuição ou aos consumidores.

Abraceel discute propostas da CCEE para segurança de mercado

Matéria em 1 minuto

- CCEE analisou as propostas da Abraceel, mas apresentou divergências quanto ao cronograma;
- Associação defende que os limites de alavancagem sejam discutidos antes do sistema de garantias. CCEE prioriza o debate sobre garantias;
- Abraceel consolidará as propostas debatidas em um documento para enviar à CCEE.

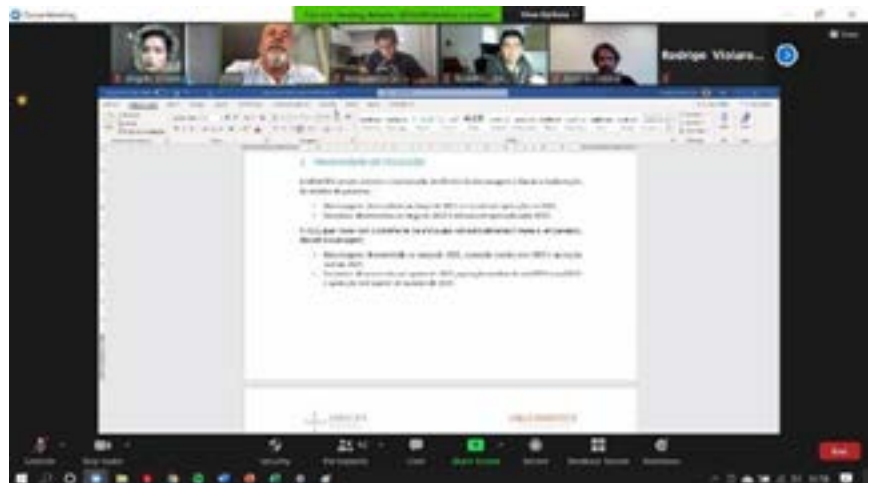


Tempo de leitura:
3 minutos

O Grupo Técnico da Abraceel esteve reunido no dia 23.03 para dar continuidade à discussão sobre segurança de mercado. Após reunião com a CCEE no dia 15.03, quando a Câmara apresentou uma análise acerca das propostas da Abraceel, a Associação ficou com a tarefa de reunir suas empresas, discutir a análise e dar um retorno.

No início da reunião, Ricardo Lisboa, presidente do Conselho, destacou a importância de consolidar a proposta Abraceel sobre o tema. Com esse documento, será mais fácil defender as bandeiras da Associação frente aos tomadores de decisão. O ponto foi frisado pelo Vice-Presidente de Energia, Frederico Rodrigues, que apontou estar clara a existência de divergências, mas falta a proposta consolidada da Associação.

Donato Filho, da Volt Robotics, fez um resumo da discussão sobre o tema, desde quando foi elencada como prioridade no planejamento estratégico, passando pelo workshop e reuniões com a CCEE. O consultor passou pelos pontos de convergência com os associados nas duas propostas. Destacou que uma das dúvidas era em relação à exigência, por parte da CCEE, de acesso



a informações detalhadas dos contratos. A Câmara entendeu que esse é um ponto sensível para os comercializadores, que poderia inviabilizar o andamento da discussão. Dessa forma, indicou que não avançaria no momento, mas faria aprimoramentos na sua governança para que, havendo necessidade, o mecanismo fosse implementado.

Abraceel prioriza alavancagem, mas CCEE quer iniciar pelas garantias

Quanto aos tópicos que precisam ser discutidos, Donato iniciou a discussão sobre os controles de alavancagem e sistema de garantias. A Abraceel propõe o seguinte cronograma:

- **Alavancagem:** a ser desenvolvida ao longo de 2021 e entrada em operação em 2022;
- **Garantias:** para desenvolvimento ao longo de 2022 e entrada em operação em 2023.

A CCEE, por sua vez, quer implementar, primeiramente, o sistema de garantias que cubra inicialmente três meses e, em paralelo, discutir alavancagem. Donato justificou que o cronograma da Abraceel permitiria um aprendizado acerca da alavancagem, fomentando conhecimento e massa crítica, para que seja possível avançar com uma proposta consolidada para implementação do sistema de garantias. Essa visão foi corroborada pelos associados presentes, que expuseram suas dificuldades para entender como calcular as garantias sem discussão prévia dos controles de alavancagem.

No debate com os associados, alguns questionamentos foram apontados: (a) "a alavancagem seria para todos os agentes ou estaria concentrada nos comercializadores?"; (b) "a Câmara estaria avaliando os impactos da implementação do sistema de garantias no preço final da energia para o consumidor?"; e (c) "estariam sendo avaliados os impactos na liquidez do mercado?".

Nesse sentido, Donato reforçou a importância de construir uma proposta razoável na implementação dos controles, estabelecendo um conjunto de princípios a seguir, para que as medidas não sejam inibidoras da operação de empresas de menor porte. O diretor Bernardo Sicsú reforçou o compromisso da Abraceel de discutir amplamente com as empresas associadas antes de fechar uma proposta, assim como acontece com todas as pautas da Associação.

É preciso reunir os argumentos para justificar o cronograma proposto pela Abraceel

A conselheira Camila Schoti expôs que o grande impasse está no cronograma. Para a Abraceel, é de suma importância que a discussão sobre os controles de alavancagem seja priorizada. Nesse sentido, é preciso reunir os argumentos que reforcem a narrativa. Questionou se haveria espaço para levar nossa proposta para conhecimento de outras associações, sugerindo reuniões para receber contribuições. O conselheiro Alessandro de Brito Cunha reforçou que o sistema de garantias tem impactos econômicos sobre todos os agentes e a Abraceel precisa destacar que o impasse acerca do cronograma de implementação das medidas expõe que não há alinhamento com a CCEE. O conselheiro Daniel Marrocos reforçou a importância de se construir uma proposta para avançar na discussão de mecanismos que possam trazer segurança para o mercado.

Finalizando o debate, Donato disse que, em linhas gerais, as propostas da Associação foram bem recebidas pela Câmara, que talvez estivesse esperando algo mais reativo da parte da Abraceel. Como a principal discussão estaria centrada no cronograma de implementação dos limites de alavancagem e sistema de garantias, enxerga espaço para construção de uma proposta em conjunto. A visão foi corroborada pelo diretor Bernardo, que também enxerga espaço também na Aneel para seguir com uma discussão construtiva.

Como próximos passos, a Abraceel confeccionará um documento que reforce a importância de priorizar a discussão sobre controles de alavancagem para, posteriormente, discutir o sistema de garantias. O material será apresentado oportunamente à CCEE.

Estudo Abraceel avalia legados e propõe cronograma ideal de abertura

Matéria em 1 minuto

- GT se reúne para apresentação do estudo elaborado pela Abraceel sobre os contratos legados e cronograma de abertura;
- Os resultados mostram que mesmo no cenário pessimista, sem avanços em Itaipu e Eletrobras, é possível a abertura de todo o grupo A em 2025 e chegar em 2027 na primeira faixa de demanda do grupo B. No melhor cenário, avançando com as reformas do setor, seria possível avançar no grupo B em 2024 e abrir todo o mercado em 2027.



Tempo de leitura:
3 minutos

No dia 25.03, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para a apresentação do estudo elaborado pela Abraceel sobre os contratos legados e cronograma de abertura. Alexandre Lopes apontou que o objetivo do estudo foi avaliar os contratos legados do ACR em comparação ao mercado projetado das distribuidoras, para avaliar um cronograma ideal de abertura do mercado. Dessa forma, é possível refletir se o cronograma do PL 414 está adequado, pois o ideal é que não crie nem sobrecontratação nem subcontratação das distribuidoras.

A base do estudo foram os dados obtidos do estudo da Thymos sobre abertura do mercado, que quantificou os contratos legados, e também o estudo da Escher Consultoria sobre o potencial de migração para o mercado livre. Foram criados cenários possíveis para os legados, para mapear o impacto dessas decisões no ritmo da abertura de mercado: i) com Itaipu e Eletrobras, ii) com Itaipu e descotização da Eletrobras, iii) sem Itaipu e com Eletrobras, e iv) sem Itaipu e descotização da Eletrobras.

Outra premissa adotada é a porcentagem de mercado residual que não migra com a abertura de mercado, e para essa foi considerado 5% da alta tensão e 25% da baixa tensão, pois foi observado em outros países que não há migração integral desse pequeno consumidor.

Os resultados mostram que mesmo no cenário pessimista, sem avanços em Itaipu e Eletrobras, é possível avançar na abertura de todo o grupo A em 2025 e chegar em 2027 na primeira faixa de demanda do grupo B. No melhor cenário, avançando com as reformas do setor, seria possível avançar no grupo B em 2024 e abrir todo o mercado em 2027.

Como conclusão, o estudo mostrou como Itaipu e Eletrobras têm um peso significativo para o cronograma de abertura e também como é exequível avançar com o grupo A já no curto prazo. Os associados julgaram pertinente avaliar o cenário das térmicas, em razão da expansão forte de intermitentes e renováveis. Alexandre explicou que já foi considerado que as térmicas contratadas não voltariam para o ACR, em função das manifestações sobre a realização de leilões de capacidade. Ressaltou que a forma de recontração das térmicas é essencial para não criar novos legados.

Os associados questionaram se seria possível avaliar quantitativamente o encargo de sobrecontração, e foi discutido que os cenários apontam que o cenário é residual e não principal. Em outros países, o benefício a longo prazo da abertura compensou, e muito, o custo imputado pela transição. Foi comentado que seria possível averiguar os cenários de como ficariam os preços médios para o ambiente regulado, e também como a redução da carga decorrente da pandemia impacta os resultados.

Por fim, Reginaldo reforçou que o estudo foi apresentado ao MME e demais entidades em reunião no dia 20.03, para mostrar como já existem condições objetivas para avançar o cronograma de abertura, e também solicitando a urgência da discussão pública sobre o tema.

Agerba publicará novo termo de compromisso do comercializador de gás no próximo mês

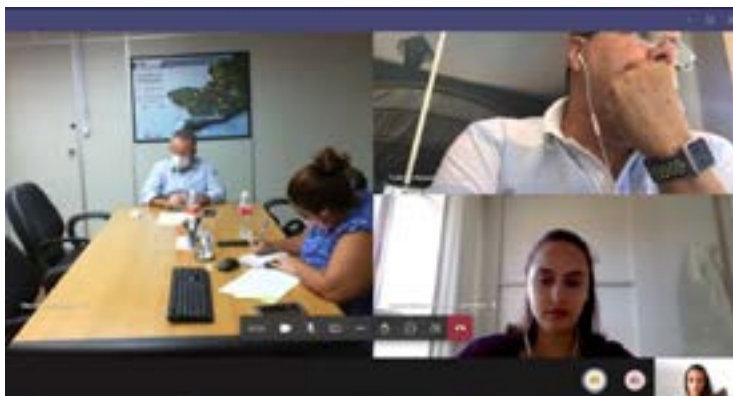
Matéria em 1 minuto

- Abraceel se reúne com a Agerba para discutir as sugestões enviadas pela Associação no âmbito da consulta pública 01/21. Principais contribuições da Associação são:
 - Obrigação quanto à qualidade do gás no ponto de recepção deve ser do agente que realiza a entrega do gás;
 - Regulamentação da comercialização de gás é de competência federal;
 - Em caso de inadimplência do usuário parcialmente livre, o corte deve ser realizado em ambos os mercados, livre e regulado.



Tempo de leitura:
2 minutos

A Abraceel se reuniu com o Diretor Executivo da Agerba, Carlos Henrique Martins, e equipe responsável pela regulação do gás natural no estado da Bahia no dia 23.03, para discutir as sugestões enviadas pela Associação no âmbito da consulta pública 01/21 da Agência, cujo objetivo é aprimorar os modelos do termo de compromisso do comercializador e do contrato de movimentação de gás canalizado.



A qualidade do gás no ponto de recepção é atribuição do agente que realiza a entrega

Iniciando a reunião, Bernardo Sicsú, Diretor de Eletricidade e Gás da Abraceel, relembrou o primeiro contrato do Brasil de serviços de transporte na modalidade interruptível, no modelo entradas e saídas do Novo Mercado de Gás, assinado em janeiro deste ano. Nesse caso, o consumidor contratou a capacidade de saída na Bahia diretamente com o transportador no city-gate.

Dessa forma, Bernardo enfatizou a não coerência da diretriz da Resolução Agerba 23/20 e do termo de compromisso, que impõem ao comercializador a responsabilidade sobre a qualidade do gás no ponto de recepção, uma vez que nesse exemplo o comercializador não possui instrumentos para assegurar a qualidade.

A obrigação da qualidade do gás no ponto de recepção, bem como as demais obrigações acessórias, devem ser do agente que realiza a entrega do gás, e não impostas ao comercializador, uma vez que se podem assim criar barreiras ao desenvolvimento do mercado livre de gás, com atribuições de responsabilidades aos agentes que não podem gerenciá-las, destacou a Abraceel.

Gláucia Pedreira, Especialista em Regulação da Agerba, argumentou que os documentos disponibilizados em consulta pública foram sugestões da concessionária de gás do estado, e assim sofrerão modificações com base nas contribuições enviadas pela sociedade. Sobre o ponto disposto acima, a Especialista corrobora com a visão da Abraceel, e informou que estão avaliando a melhor redação para aprimoramento das regulamentações.

Comercialização de gás é de competência federal

Na sequência, a Abraceel lembrou as diretrizes dos artigos 22 e 177 da Constituição Federal, que estabelecem a regulação da comercialização de gás natural na competência federal, e assim as atividades de autorização, fiscalização e controle devem ser exercidas em âmbito federal.

Sobre isso, Gláucia Pedreira, Especialista em Regulação da Agerba, comentou que a exigência de cadastro dos agentes comercializadores de gás natural na Agência é simples, apenas para controle, o que importa mesmo é a autorização emitida pela ANP.

O corte ao usuário parcialmente livre deve ser realizado em ambos os ambientes de contratação

No caso do usuário parcialmente livre, ou seja, aquele que contrata simultaneamente nos mercados cativo e livre, o termo de compromisso estabelece que sempre que houver condições técnicas, a suspensão por inadimplência se dará somente no mercado em que o usuário estiver inadimplente, e apenas no caso contrário o corte ocorrerá em ambos os mercados.

A Abraceel reiterou seu posicionamento contrário a essa diretriz, uma vez que se caracteriza como uma cláusula abusiva, pois não é razoável admitir inadimplência em apenas parte da cadeia, ou permitir que em caso de dificuldade financeira, o usuário possa preferir inadimplência parcial para manter o fornecimento.

A Agerba concordou com o argumento apresentado pela Abraceel, e informou que esse também será um dos pontos de aprimoramento nas regulamentações da Agência

Isonomia nos mercados livre e regulado deve ser preservada

Finalizando a reunião, a Abraceel ressaltou a inovação da concessionária de gás da Bahia em propor detalhamento de penalidades aos usuários livres, porém, ressaltou que há falta de isonomia nas penalidades estabelecidas aos usuários cativos, sendo imprescin-

dível que seja assegurada tal isonomia para o desenvolvimento do mercado. Esse tema também é uma concordância da Agerba.

Por fim, a Agerba informou que a deliberação da consulta pública 01/21 deve ser concluída na primeira quinzena de abril. **A contribuição enviada pela Abraceel na CP 01/21 da Agência está disponível no site da associação, seção “Biblioteca>Contribuições e Notas Técnicas”.**

Modernização do setor elétrico é prioridade para a Indústria

Matéria em 1 minuto

- Confederação Nacional da Indústria (CNI) lança Agenda Legislativa 2021;
- Das 140 propostas, 12 foram elencadas como prioritárias, isto é, a “Pauta Mínima da Indústria”;
- PL 414/2021 (ex PLS 232/2016) consta na pauta mínima.



Tempo de leitura:
3 minutos

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou sua Agenda Legislativa na última quarta-feira, 24.03. A Agenda Legislativa, que está em sua 26ª edição, é resultado de um debate amplo que contou com a participação recorde de 388 representantes de 110 entidades. O documento reúne o conjunto de propostas consideradas estratégicas para o Brasil melhorar o ambiente de negócios, atrair investimentos e promover o desenvolvimento econômico e social do País. Ao todo, são 140 proposições priorizadas em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.



Das 140 propostas prioritárias, 12 foram elencadas em uma Pauta Mínima da Indústria. A aprovação desta Pauta Mínima é considerada essencial para o País atrair investimentos e aumentar a competitividade das empresas brasileiras.

Os 12 temas considerados de maior impacto para a competitividade brasileira em 2021 são: modernização do setor elétrico, abertura do mercado de gás (já encaminhado à sanção), reforma tributária, reforma administrativa, recuperação e falência de MPes, licenciamento ambiental, desconsideração de personalidade jurídica, programa especial de regularização tributária, tributação da renda corporativa, debêntures de infraestrutura e prestação de serviços no exterior por brasileiros.

Constam da pauta mínima o projeto que cria a portabilidade da conta de luz (PL 414/21, antigo PLS 232/16) e o projeto do novo mercado de gás natural, já aprovado pelo Legislativo no início do mês (PL 4476/2020).



RADAR LEGISLATIVO

A semana foi marcada por um esforço do Legislativo na condução de temas relacionados à pandemia e na votação do orçamento 2021. A Comissão Mista de Orçamento concluiu a votação na manhã de quinta (25) e o Congresso aprovou no mesmo dia. Na próxima quinzena, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL) sinalizou que a pauta estará concentrada em temas relacionados ao combate da pandemia. Essa diretriz poderá afetar o andamento das pautas do setor de energia em tramitação, a exemplo do PL 414/2021 que segue aguardando despacho do Presidente.



“Falo de adotarmos uma espécie de 'Esforço Concentrado para a Pandemia', durante duas semanas, em que os demais temas da pauta legislativa sofreriam uma pausa para dar lugar ao único que importa: como salvar vidas, como obter vacinas, quais os obstáculos políticos, legais e regulatórios precisam ser retirados para que nosso povo possa obter a maior quantidade de vacinas, no menor prazo de tempo possível”, disse.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Comissão de Minas e Energia (CME)

No dia 24.03, a CME realizou reunião para aprovação dos seguintes requerimentos:

- (a) criação de subcomissão de energia renovável na CME;
- (b) criação de Subcomissão Especial sobre Fontes de Geração de Energia Elétrica;
- (c) criação de Subcomissão Especial sobre a Cobrança Abusiva de Energia Elétrica;
- (d) realização de audiência pública para discutir o aumento dos combustíveis;
- (e) realização de audiência pública para discutir a decisão judicial sobre a rescisão do contrato da concessionária responsável pela construção do Linhão de Tucuruí.



CURTAS

Abraceel se reúne com Raízen

Nos dias 22 e 24.03, a Abraceel se reuniu com a equipe da Raízen. No dia 22, a pauta versou sobre o acórdão do STF da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4281) impetrada pela Abraceel contra a substituição tributária adotada pelo Estado de São Paulo e na data seguinte, tratou-se da comercialização de etanol com nosso ex-conselheiro, Luiz Henrique Macedo, e Claudio Oliveira, que apresentou sua categorizada visão sobre esse segmento e endossou as ações da Abraceel junto à ANP, que visam colocar esse tema na pauta regulatória da Agência.

CP 05 Aneel - Devolução de Créditos Tributários

Encaminhamos ao Grupo Técnico Abraceel, minuta de contribuição à consulta pública Aneel 05/21, que busca regulamentar a devolução de créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS. Os interessados podem enviar sugestões ao documento até hoje, dia 26.03, por meio do e-mail: gt@abraceel.com.br.

Mercado físico x Derivativo: Diferenças contábeis e jurídicas

No dia 23.03, o BBCE promoveu webinar sobre diferenças contábeis e jurídicas entre o

mercado físico e o de derivativos. O evento está disponível no YouTube da organização: <https://www.youtube.com/watch?v=tNRej-6zSC9s>.

MVE já negociou 756,1 MW-med anualizados para 2021

No dia 23.03, a CCEE realizou a rodada de março do MVE, quando foram transacionados 35,3 MWmed em produtos de energia especial, ao preço marginal de R\$ 5/MWh, para o período de três meses, de abril a junho de 2021, no submercado Sul. Ademais, a Câmara informou que, considerando todos os processamentos realizados em 2020 com produtos de vigência para este ano e a operação do dia 23.03, as distribuidoras do MVE já conseguiram negociar 756,1 MWmed anualizados para 2021, o que contribui para redução das suas sobras de energia. **Para mais informações acesse:** <https://bit.ly/31f78ib>.

Aprimoramentos no mercado varejista de energia

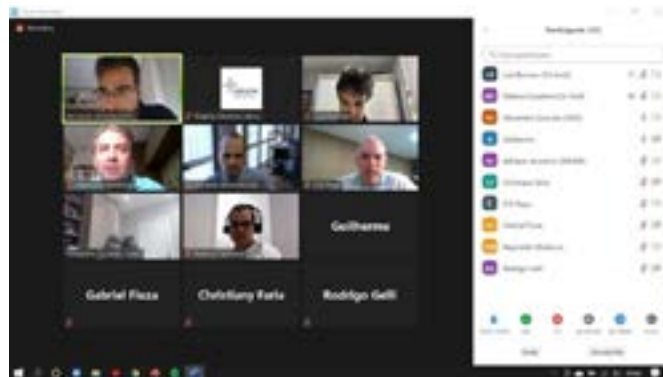
No dia 25.03, a Abraceel se reuniu com o Procurador Federal da Aneel, Luiz Eduardo Diniz, para discutir aprimoramentos no mercado varejista de energia, em um cenário de ampliação da abertura do mercado livre. Em breve síntese, a Abraceel questionou a possibilidade de unificação da fatura de energia com demais serviços prestados pelo varejista, bem como a possibilidade de ser emitida fatura única que contemple a parcela do fio, paga às distribuidoras, e da energia, paga aos comercializadores, de modo a facilitar o pagamento ao consumidor. Sobre a unificação da fatura, o Procurador entende ser necessária a regulamentação pela Aneel, por envolver um

serviço regulado – a remuneração da rede. Quanto à possibilidade de inclusão na fatura de serviços adicionais prestados pelo varejista, o Procurador entende ser possível, numa primeira análise, por se tratar de ambiente competitivo como o mercado livre de energia. Ressalvou, contudo, que o assunto nunca foi discutido formalmente pela Agência. A Abraceel destaca que demais aprimoramentos, como os estabelecidos na Lei 14.120/21, estão sendo tratados diretamente com a área técnica da Aneel responsável pela regulamentação da Lei.

Abraceel participa de debate com Economia e PSR sobre modernização

Reginaldo Medeiros participou de reunião com a Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI) do Ministério da Economia e a PSR, no dia 24.03, para discutir temas atinentes à modernização do setor, como contratos legados, lastro x energia e despacho por custo x despacho por oferta. Também participaram Alexandre Zucarato (ONS), Erik Rego (EPE), Camilla Fernandes (MME) e Guilherme Velho (Apine). O encontro faz parte do projeto contratado em parceria com o PNUD com o objetivo de simular diferentes cenários de evolução regulatória para o SEB, que objetiva como resultado um plano de ação que detalhe o que denominam de “mecanismo de transição”, ou seja, que contemple os passos necessários para se atingir o cenário de desenho de mercado que minimize os custos totais do setor elétrico. Na sua fala, Reginaldo destacou que o tratamento da energia de Itaipu, a descotização da Eletrobras, a descontração das térmicas e o modelo de geração distribuída devem ser temas a serem endereçados na

discussão da modernização do setor. Além disso, acrescentou que é preciso celeridade na tomada de decisões, porque a inércia significa aumento de custos aos consumidores.



Mercado livre de gás no Rio Grande do Norte

No dia 24.03, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte realizou workshop online sobre regulação dos serviços de gás natural no estado. O objetivo foi discutir minuta do projeto de lei que estabelece normas para o mercado livre de gás potiguar. A Sedec ressaltou seu papel de tornar o gás atrativo como uma opção energética, e consequentemente baixar o seu preço, posição compartilhada pela Potigás, que acredita em uma redução em torno de 30%. A Governadora do estado, Fátima Bezerra, destacou o papel da competição, que ao final objetiva beneficiar o consumidor. Apontou o gás natural como uma das principais riquezas do Rio Grande do Norte, e nesse sentido, elogiou a iniciativa proativa para avançar em sua regulação. Durante a apresentação, foi indicado que o consumo exigido para se tornar consumidor livre será vanguardista, quando comparado a outros estados. O PL está em fase final de elaboração e seguirá para a assembleia legislativa estadual nos próximos dias, onde será disponibilizado para consulta

pública à sociedade. A gravação do evento deve ser disponibilizada no canal do Youtube da Sedec-RN em breve.

Artigo Contratos Legados

Victor Ribeiro, consultor da Thymos Energia, publicou artigo no Broadcast Energia, onde comenta o desafio do tratamento a ser dado aos chamados contratos legados vis a vis a abertura integral do mercado de energia no Brasil. Para promover tal movimento, uma série de medidas devem ser debatidas, avaliadas e implantadas para conduzir a transição entre o modelo atual vigente e o que se pretende que seja o novo mercado brasileiro de energia elétrica. A Abraceel e a Thymos Energia realizaram apresentações e participaram de debates com o MME, Aneel e CCEE para explorar detalhes a serem observados na abertura do mercado no Brasil. O tema contratos legados foi, dentre os diversos tópicos apresentados e discutidos, o que mereceu maior atenção. **Para acessar o artigo acesse a área restrita do site da Abraceel, seção “Documentos Gerais”.**

Webinar CPAMP – Atividades GT Metodologia 2019/2020/2021

No dia 09.04, às 9h, a CPAMP realizará webinar para apresentação dos resultados dos estudos desenvolvidos pelo GT Metodologia no ciclo de trabalho 2019/2020/2021, bem como o status do backtest para avaliação dos parâmetros do CVaR. **O evento será realizado online, no link: <https://bit.ly/3tXulfK>, senha: CCEE@2021.**

Kroma, Equinor e Scatec se unem para construção de complexo fotovoltaico

A associada Kroma Energia anuncia ao mercado a continuidade da sociedade com a Equinor/Scatec para a construção do Complexo Fotovoltaico São Pedro e Paulo. O complexo terá capacidade de geração de 100MWp. Este será o primeiro investimento da empresa Norueguesa Equinor em Pernambuco e o segundo investimento junto a Kroma. O empreendimento terá investimento aproximado de 300 milhões e tem o início da obra previsto para o 2º trimestre de 2021.



Encontro IBDE

Na próxima quarta-feira, 31.03, às 15h, o Instituto Brasileiro de Estudos do Direito em Energia, promoverá evento online de comissão de estudos com o tema “Derivativos”, com a participação de Alexandre Lopes e Bernardo Sicsú e a comissão de estudos regulatórios do IBDE. **As inscrições para o evento podem ser enviadas para o e-mail comissoes@ibdenergia.org.br.**

 **PRÓXIMA
SEMANA**

29.03 – Segunda-feira: Diretoria Executiva se reúne com o Diretor Geral da ANP, Rodolfo Saboia, para tratar da regulamentação do comercializador independente de etanol, às 15h.

30.03 – Terça-feira: Abraceel se reúne com a associada 2W para tratar sobre o processo de migração ao ACL, às 11h.

31.03 – Quarta-feira: Bernardo Sicsú participa do Webinar Cogen/Única, às 10h, para apresentar o estudo Abraceel de Expansão da Oferta para o Mercado Livre. O link para acesso ao evento é <https://bit.ly/3d5Nd14>;

Alexandre Lopes e Bernardo Sicsú participam de reunião da Comissão de Estudos – Regulatório do Instituto Brasileiro de Estudos do Direito da Energia (IBDE), com o tema “Derivativos”, às 15h. A presença no evento pode ser confirmada no e-mail comissoes@ibdenergia.org.br.



CALENDÁRIO ABRACEEL

ABRIL

08.04 | Reunião de Revisão do Planejamento Estratégico (a confirmar)

29.04 | 17h - Reunião do Conselho

MAIO

13.05 | 17h - Reunião do Conselho

JUNHO

10.06 | 17h - Reunião do Conselho

A Diretoria Executiva sempre encaminha por e-mail a pauta e os dados de acesso às reuniões. Eventuais alterações também são informadas com antecedência.